

BC prevê jogo duro dos credores na renegociação

Maurício Corrêa

Brasília — Uma montanha para escalar. Essa foi a expressão utilizada por uma fonte do Banco Central para classificar a próxima rodada de negociações com os bancos credores, a partir desta semana, em Nova Iorque. Apesar de toda a simpatia que possa existir com relação ao Brasil, no cenário internacional, os bancos (entrincheirados no comitê assessor) estão preocupados com seus acionistas e, por isso, não desejam conceder favores especiais ao Brasil, unicamente em função dos belos propósitos da Nova República.

Esse raciocínio, na realidade, está baseado nos números confidenciais que o Banco Central manipula. Os bancos norte-americanos, por exemplo, são credores de 25 bilhões de dólares e contam com sete representantes, entre os 14 membros que compõem o comitê assessor que negocia com o Brasil.

O poder majoritário

A mesma fonte explicou que existe grande resistência também da parte de instituições japonesas (credores de 11 bilhões de dólares e que têm apenas um representante no comitê) e britânicos (10 bilhões de dólares, contando unicamente com o Lloyds Bank no comitê). Os bancos da França, Canadá e Alemanha Federal têm, em conjunto, créditos de 16 bilhões de dólares junto ao Brasil e são mais simpáticos às teses do devedor. Mas estão em posição secundária, diante da maior pressão exercida pelo grupo de principais credores.

Técnicos que vêm acompanhando a renegociação da dívida brasileira reconhecem que o poder político, no atual estágio das conversações, não tem um peso muito importante. E lembram que, principalmente para os bancos dos Estados Unidos, é fundamental que o Brasil persista liquidando seus compromissos rigorosamente em dia. Caso isso não aconteça, será um verdadeiro **deus-nos-acuda** no sistema bancário norte-americano, onde os pagamentos não efetuados e classificados como inadimplência são, a cada trimestre, automaticamente lançados como prejuízos nos balanços das instituições.

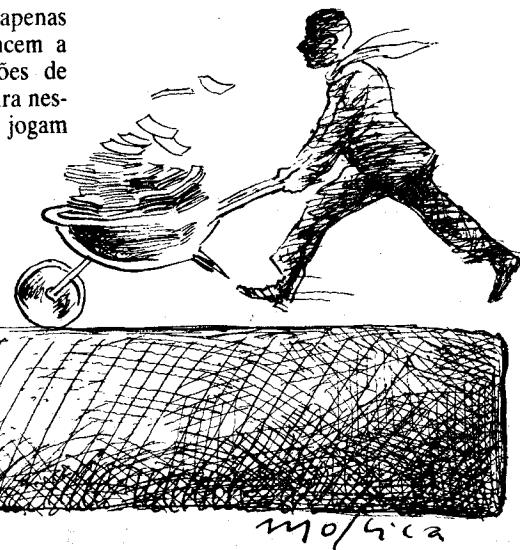
"A composição da dívida registrada, segundo os números do BC, é majoritária em dólares (79,8%). Os compromissos na moeda japonesa somam 5,5%; 4,5% estão em marcos alemães e 4,2% em direitos especiais de saque (a moeda do Fundo Monetário Internacional e 6% em outras moedas), e dentro do comitê, conforme informam os mesmos técnicos, existe uma composição de forças baseada no poder do volume de

emprestimos e número de bancos, de acordo com cada país.

Assim se justifica, na opinião dessas fontes, a resistência ao jogo de cintura que o Brasil tem tentado aplicar nesse bate-bola com os bancos. Um técnico da recém-criada Diretoria para Assuntos da Dívida Externa do BC (Divex) mostrou, inclusive, um recorte datado de algumas semanas, na qual Brian Pitman, chairman do Lloyds Bank (com assento permanente no comitê assessor), fez deliberadas provocações à condução da política monetária brasileira, criticando o nível estratosférico da inflação verde-amarela.

A renegociação é complexa, não apenas pelos volumes de créditos que vencem a curto prazo (15 bilhões 200 milhões de dólares), cujo acordo provisório expira nesta sexta-feira. Os bancos credores jogam

de hipocrisia" da parte deles, principalmente porque as instituições credoras, religiosamente, têm recebido tudo aquilo que tem direito. Como o Brasil não atrasou nenhum tostão, esse funcionário acredita que, por isso, eles não poderiam, de nenhum modo, ficar ditando regras ao Brasil quanto ao que fazer aqui dentro. "Talvez esse conselho fosse de alguma utilidade, se o Brasil não estivesse cumprindo suas obrigações", comentou a fonte, admitindo, porém, que essa discussão já faz parte do nível político, do qual o Banco Central é mero executor.



pesadamente contra o Brasil, nesse aspecto, pois estão condicionando a renovação desse acordo, a partir do dia 17, à liquidação de operações firmadas, no exterior, através dos empréstimos via resolução 63, dos antigos bancos Comind, Auxiliar e Maisonsavane.

A luta pelo "spread"

Essa talvez seja a parte menos indigesta da renegociação, na opinião de assessores da Divex, pois existe um consenso no sentido de que a pressão para receber a totalidade das 63 é mais parte do jogo e não uma posição definida em termos concretos. Outras palavras: O Brasil não deverá parar, no plano internacional, se não existir um acordo até sexta-feira.

A principal dificuldade, segundo os funcionários que, nos últimos dias, tem levantado dados e projeções para o diretor da dívida externa, Antônio de Pádua Seixas, está vinculada à renegociação de todas as parcelas que vencem até 1991. O Brasil não abre mão de uma redução no **spread** (taxa de risco cobrada pelos bancos) atualmente na faixa de 2%, enquanto os bancos insistem que isso apenas é possível se o país oferecer condições efetivas para ajustar sua economia interna.

Um técnico do BC, que não pode identificar-se por motivos evidentes, classificou essa teimosia dos bancos como "um pouco